



BH ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.

CNPJ: 24.915.546/0001-30

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Valores expressos em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.698	11.288
Titulos e valores mobiliários.....	4	-	3.559
Contas a receber.....	5	2.057	1.518
Ativo financeiro da concessão	6	65.955	34.076
Estoques.....	7	8.441	5.239
Tributos a recuperar	8	5.854	3.293
IRPJ e CSLL a recuperar.....		934	980
Outras.....		617	288
Total do ativo circulante		95.556	60.241
Ativo não circulante			
Depósito judicial.....		15	-
Impostos diferidos.....	19.2	337	310
Realizável a longo prazo		352	310
Imobilizado.....	9	3.490	2.429
Intangível.....	9	9.565	9.420
Total do ativo não circulante		13.407	12.159
Total do ativo		108.963	72.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional - A BH Iluminação Pública S.A. ("Companhia" ou "BHÍP"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Dominica, nº 55, Bairro Itapoá, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, constituída em 13 de abril de 2016 e com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) em 1º de junho de 2016, é uma sociedade de propósito específico, tendo como objeto social a prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública, conforme estabelecido no Edital de Licitação nº 005/2016 e no Contrato de Concessão Administrativa nº AJ 016/2016 ("Contrato"), assinado em 13 de julho de 2016, entre a Prefeitura de Belo Horizonte por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura ("Poder Concedente") e a Companhia. O prazo da concessão é de 20 anos contados a partir da eficácia do Contrato, cabendo à BHÍP, durante esse período, a prestação dos serviços relacionados à rede de Iluminação Pública de Belo Horizonte, conforme parâmetros estabelecidos no Contrato. A remuneração pelo Poder Concedente à BHÍP pelos serviços prestados ocorre através do pagamento: (i) das contraprestações mensais; e (ii) do Aporte Público, dividido em cinco marcos contratuais referentes aos serviços de modernização. O pagamento dos valores devidos à Concessionária são realizados e assegurados por meio dos recursos provenientes da arrecadação da CCIP. Durante o prazo do Contrato, ocorre a vinculação a favor da Concessionária dos recursos oriundos da CCIP, e os ativos de Iluminação Pública, de propriedade do Município, são cedidos à Concessionária, tendo a BHÍP o direito a explorar e utilizar os ativos de acordo com as previsões contratuais. Ao término da Concessão, os ativos retornam para o Poder Concedente. Em 21 de junho de 2017, as condições de eficácia do Contrato foram atendidas e a Companhia assumiu a prestação dos serviços de manutenção e operação da Rede Municipal de Iluminação Pública de Belo Horizonte. A execução dos serviços de modernização e eficiência tiveram início em outubro de 2017, e em outubro de 2018, agosto de 2019 e janeiro de 2020, a Companhia recebeu do Poder Concedente, respectivamente, a aprovação do cumprimento do 1º, 2º e 3º marco contratual, conforme previsto no cronograma de modernização do parque de Iluminação Pública. Até o final do exercício, a Companhia já havia realizado a modernização de aproximadamente 130 mil pontos de iluminação pública, distribuídos em oito das nove regiões do Município de Belo Horizonte. A Companhia revisou o plano de negócios e concluiu que, no momento, não existem variações que possam impactar as operações e/ou projeções futuras de fluxo de caixa. Caso ocorram alterações ou mudanças relevantes, a Companhia entende que a gestão de risco do projeto será suficiente para o gerenciamento dos eventuais impactos.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras - 2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas adiante e vem sendo aplicadas de modo consistente, desde a sua entrada em operações, exceto pela norma descrita na Nota Explicativa nº 2.4.o. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de março de 2020. **a. Contrato de concessão** - A ICPC 01 (R1) e a OCPC 05 - Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, conforme estabelecido pelo contrato de concessão. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, com contrapartida de recebíveis. As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são: Receita de construção - Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficiência energética da rede de iluminação pública de Belo Horizonte. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos com a aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia. Receita de operação e manutenção - Refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações corretivas nas instalações e elementos das unidades de iluminação pública de Belo Horizonte. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação do percentual, previsto no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no contrato de concessão e à medida que a Companhia obtém os seus benefícios econômicos. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de investimento e às necessidades de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, e espera-se que sejam utilizados pela Companhia no intervalo de três meses ou menos. **c. Titulos e valores mobiliários** - Titulos e valores mobiliários abrangem as aplicações financeiras com as seguintes características: vencimento original de três meses ou mais, a partir da data da contratação; sujeitos a um risco significativo de alteração no valor justo; atender a compromissos de longo prazo ou não pode ser prontamente convertível em caixa. **d. Ativo financeiro** - Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em VJR, e os Titulos e valores mobiliários e as contas a receber de ativo financeiro da concessão são classificados ao custo amortizado. Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **e. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável, líquido dos impostos compensáveis, e inclui gastos incorridos na aquisição de estoque e outros custos incorridos de transporte. **f. Imobilizado** - O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil é estimada como segue:

Custo Depreciação a.a.	
Veículos.....	20
Benefetoria em imóveis de terceiros	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	20
Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à realização das atividades da Companhia, reconhecidos no início de cada operação, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, também são submetidos às depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada e pelo método linear dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. g. Intangível - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for o caso. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e é amortizada ao longo da vida útil econômica e avaliada em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A vida útil é estimada como segue:	

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar.....	11	20.397	16.979
Empréstimos e financiamentos	10	312	261
Obrigações trabalhistas	12	1.504	880
Obrigações tributárias	12	6.715	3.702
Contas a pagar - Partes relacionadas.....	13	39	46
Outras.....		2	3
Total do passivo circulante		28.969	21.871
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	30.519	766
Outras.....		8	224
Total do passivo não circulante		30.527	990
Patrimônio líquido			
Capital social.....	14.a	50.000	50.000
Prejuízos acumulados.....	14.b	(533)	(461)
Total do patrimônio líquido		49.467	49.539
Total do passivo e patrimônio líquido.....			
		108.963	72.400

Software..... 5
Projetos e Estudos..... 20
O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Tratamento específico relativo a ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota Explicativa nº 9. **h. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir e liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, nesses casos são classificados como passivo não circulante. **i. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)** - A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma proporcional. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de bens imobilizados e intangíveis possam ser superiores aos valores de recuperação. **j. Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **k. Obrigações trabalhistas** - Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras. De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais. **l. Provisões** - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, por provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A Companhia é parte em processos judiciais, cuja estimativa de desembolso provável de recursos financeiros está provisionada de acordo com a estimativa de seus assessores jurídicos. **m. Instrumentos financeiros** - (i) Reconhecimento e mensuração inicial - Os títulos e valores mobiliários e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros ou passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a VJR, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. (ii) Classificação e mensuração subsequente No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir: • Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como VJR. Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA). **Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados e o funcionamento prático dessas políticas. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • Termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Mensuração subsequente e ganhos e perdas** - **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas

Relatório da Administração:
Senhores acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício findo em

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida.....	15	71.834	61.333
Custo dos serviços prestados	16	(64.877)	(56.180)
Lucro bruto		6.957	5.153
Despesas gerais e administrativas.....	16	(5.859)	(6.062)
Despesas tributárias		(433)	(181)
Outras receitas e despesas, líquidas	18	2.991	670
Resultado antes de receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		3.656	(420)
Receitas financeiras.....	17	889	1.758
Despesas financeiras	17	(4.643)	(222)
Resultado financeiro líquido		(3.754)	1.536
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social			
		(98)	1.116
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	19.1	-	(86)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	19.1	26	(279)
Lucro/(prejuízo) do exercício		(72)	751
Resultado por ação (Em Reais).....		(0,001)	0,015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)		
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) do exercício	(72)	751
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	(72)	751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2017		50.000	(1.212)
Lucro do exercício	14.b	-	751
Saldos em 31 de dezembro de 2018		50.000	(461)
Prejuízo do exercício.....	14.b	-	(72)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		50.000	(533)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	50.000	(1.212)	48.788
Lucro do exercício	-	751	751
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.000	(461)	49.539
Prejuízo do exercício.....	-	(72)	(72)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.000	(533)	49.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **n. Tributos correntes e diferidos** - A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, e o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: (i) Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240. (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% do lucro tributável. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados, quando aplicável, no ativo e/ou passivo, não circulante, calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente. Créditos tributários são reconhecidos somente na extensão em que seja provável a existência de base tributável para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Impostos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **o. Normas e interpretações novas e/ou revisadas emitidas e adotadas** - CPC 06(R2) - Operações de arrendamento mercantil - A Companhia aplicou o CPC 06(R2) - Operações de arrendamento mercantil utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e a ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente. **Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019 - • IFRS 16 - Leases (CPC 06 (R2))** - Arrendamentos - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. (i) Como arrendatário - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de rendemento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a ser incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou se essa taxa não puder ser determinada imediatamente pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, esta sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na presença. • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início. • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. • Preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação, se exercer a opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

31 de dezembro de 2019, para apreciação da Assembleia Geral, colocamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos. Belo Horizonte, 06 de abril de 2020.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
(Valores expressos em milhares de Reais)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2019	31/12/2018	
Lucro/(prejuízo) do exercício	(72)	751	
Ajustes para conciliar o resultado:			
Depreciação e amortização	1.309	1.095	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26)	365	
Juros provisionados	1.779	106	
	2.990	2.317	
Redução/(aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber	(539)	(234)	
Ativo financeiro da concessão	(31.879)	(29.684)	
Estoques	(3.202)	(3.782)	
Tributos a recuperar	(2.515)	(3.318)	
Depósito judicial	(15)	-	
Outras contas a receber	(329)	60	
Aumento/(redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores e outras contas a pagar	3.418	11.563	
Obrigações trabalhistas	624	251	
Obrigações tributárias	3.013	2.941	
Contas a pagar - Partes relacionadas	(7)	(9)	
Outras	(218)	226	
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(28.659)	(19.669)	
Impostos pagos sobre o lucro	-	(86)	
Juros recebidos de títulos e valores mobiliários	54	-	
Juros pagos s/ empréstimos e financiamentos	(1.711)	(76)	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(30.370)	(19.777)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(1.838)	(524)	
Aquisição de intangível	(677)	(247)	
Aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários	3.559	30.762	
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	1.044	29.991	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	30.000	1.144	
Amortização de empréstimos e financiamentos	(264)	(147)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	29.736	997	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	410	11.211	
No início do exercício	11.288	77	
No final do exercício	11.698	11.288	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	410	11.211	

bhip **BH ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.**
CNPJ: 24.915.546/0001-30

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais a serem aplicados na prestação de serviços.....	8.441	5.239
	8.441	5.239

Durante o exercício de 2019, a Companhia avaliou seus estoques e entendeu não haver necessidade de constituição de provisão para perdas para redução ao valor recuperável ou obsolescência.

8 Tributos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
Cofins a compensar (a)	4.801	2.706
PIS a compensar (a)	1.042	587
Outros.....	11	-
	5.854	3.293

(a) Os créditos a compensar de PIS e Cofins são relativos às compras de materiais e serviços aplicados na prestação de serviços e na construção do ativo financeiro. Os valores relativos à construção do ativo financeiro são compensados na proporção do recebimento do ativo financeiro. A Companhia, com base em análises e projeções orçamentárias, não prevê riscos de não realização dos créditos tributários no decorrer de suas operações.

9 Imobilizado e intangível

	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado		
Custo		
Veículos (a)	3.122	1.584
Benfeitoria em imóveis de terceiros	1.111	958
Móveis e utensílios	423	381
Equipamentos de informática	380	275
	5.036	3.198
Depreciação acumulada	(1.546)	(769)
	3.490	2.429

	31/12/2019	31/12/2018
Intangível		
Custo		
Projetos e estudos.....	10.823	10.146
Software.....	86	86
	10.909	10.232
Amortização acumulada.....	(1.344)	(812)
	9.565	9.420

A seguir, segue a movimentação do ativo imobilizado e intangível nos exercícios sociais comparados:

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Imobilizado				
Custo				
Veículos (a)	1.584	1.538	-	3.122
Benfeitoria em imóveis de terceiros ..	958	153	-	1.111
Móveis e utensílios	381	42	-	423
Equipamentos de informática	275	105	-	380
	3.198	1.838	-	5.036

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Depreciação				
Veículos (a)	(350)	(460)	-	(810)
Benfeitoria em imóveis de terceiros ..	(274)	(202)	-	(476)
Móveis e utensílios	(58)	(49)	-	(107)
Equipamentos de informática	(87)	(66)	-	(153)
	(769)	(777)	-	(1.546)
Total imobilizado líquido	2.429	1.061	-	3.490

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo				
Veículos (a)	1.312	272	-	1.584
Benfeitoria em imóveis de terceiros ..	921	37	-	958
Móveis e utensílios	201	180	-	381
Equipamentos de informática	240	35	-	275
	2.674	524	-	3.198

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Depreciação				
Veículos (a)	(51)	(299)	-	(350)
Benfeitoria em imóveis de terceiros ..	(85)	(189)	-	(274)
Móveis e utensílios	(15)	(43)	-	(58)
Equipamentos de informática	(35)	(52)	-	(87)
	(186)	(583)	-	(769)
Total imobilizado líquido	2.488	(59)	-	2.429

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Intangível				
Custo				
Projetos e estudos (b)	10.146	677	-	10.823
Software	86	-	-	86
	10.232	677	-	10.909
Amortização				
Projetos e estudos (b)	(784)	(514)	-	(1.298)
Software	(28)	(18)	-	(46)
	(812)	(532)	-	(1.344)
Total intangível líquido	9.420	145	-	9.565

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo				
Projetos e estudos (b)	9.899	247	-	10.146
Software	86	-	-	86
	9.985	247	-	10.232
Amortização				
Projetos e estudos (b)	(289)	(495)	-	(784)
Software	(11)	(17)	-	(28)
	(300)	(512)	-	(812)
Total intangível líquido	9.685	(265)	-	9.420

(a) Os veículos utilizados na operação da Companhia são dados em garantia no financiamento - Finame. (b) Para atender aos objetivos do edital de licitação PBH SMOBI nº 005/2016 e do plano de operacionalização da concessionária, a Companhia incorreu em gastos relacionados a estudos e projetos, sendo os principais referentes a: • Estudos sobre o parque de Iluminação Pública de BH realizados pela Empresa Brasileira de Projetos (EBP). • Estudos relacionados ao objeto da concessão à PBH Ativos S.A. referentes ao parque exclusivo para Iluminação Pública de BH. • Realização do Cadastro Georreferenciado do parque de Iluminação Pública de BH. • Confeção do Plano de Transição e Estratégico apresentado ao Poder Concedente para aprovação. • Realização do Mapeamento da Rede Exclusiva de Iluminação Pública. • A amortização dos projetos e estudos iniciou em junho de 2017, mediante a ordem de serviço da concessão, e ocorrerá no prazo de 20 (vinte) anos, mesmo prazo da concessão.

10 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2019	31/12/2018
Finame (a)	786	1.026
Cédula de Crédito Bancário - CCB (b)	30.045	1
	30.831	1.027
Curto prazo.....	312	261
Longo prazo.....	30.519	766

(a) O Finame é referente ao financiamento de veículos utilizados na operação da Companhia, em que estes são a garantia do financiamento. Os contratos do Finame ativos não contêm cláusulas restritivas (covenant). A correção dos contratos de financiamentos é realizada em parte pela TJLP, acrescida de 4,30% a.a. e parte por Selic acrescido de 4,54% a.a. (b) O CCB é referente ao financiamento de longo prazo firmado com o ING Bank N.V. para utilização dos recursos em investimentos e despesas da Companhia. O financiamento foi estruturado na modalidade de Project Finance Non Recourse e as condições e garantias seguem os padrões usuais a esse tipo de operação. Os covenants aplicáveis serão exigíveis após concluído o período de modernização. A correção do contrato é realizada pela variação do CDI acrescida de 3,25% a.a. A movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.027	-
Captações - Principal	30.000	1.144
Amortizações - Principal.....	(264)	(147)
Juros incorridos.....	1.779	106
Juros pagos.....	(1.711)	(76)
	30.831	1.027
As parcelas de longo prazo possuem o seguinte vencimento:		
Ano de vencimento	31/12/2019	31/12/2018
2020.....	-	260
2021.....	8.603	260
2022.....	10.240	236
2023.....	10.010	10
2024.....	1.666	-
	30.519	766

	31/12/2019	31/12/2018
11 Fornecedores e outras contas a pagar		
Fornecedores e outras contas a pagar.....	19.873	16.247
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 13)	524	732
	20.397	16.979

	31/12/2019	31/12/2018
Faixa de vencimento:		
A vencer em até 30 dias	5.432	4.229
A vencer de 31 a 60 dias	7.558	1.607
A vencer de 61 a 90 dias	6.594	4.799
A vencer a mais de 90 dias	813	6.344
	20.397	16.979

A Administração avaliou e constatou que não existiu a necessidade de realização de Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre os valores que compõe o saldo de fornecedores. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 4.089 foi cedido pelos fornecedores a instituições financeiras, na modalidade de "crédito sacado", com a anuidade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o montante foi de R\$ 1.215.

	31/12/2019	31/12/2018
12 Obrigações tributárias e trabalhistas		
Salários a pagar	464	283
INSS a pagar	259	171
FGTS a pagar	62	41
Provisão de férias.....	712	385
Outros.....	7	-
	1.504	880
Total das obrigações trabalhistas	5.383	2.858
Cofins a recolher.....	1.168	620
PIS a recolher.....	164	138
Impostos retidos a recolher	-	86
	6.715	3.702
Total das obrigações tributárias e trabalhistas	8.219	4.582
13 Contas a pagar - Partes relacionadas - O saldo que a Companhia mantém em suas demonstrações financeiras referente às transações com partes relacionadas no final dos exercícios comparados foram de: a. Os saldos em aberto no final dos exercícios são compostos por		
Passivo circulante	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores		
Construtora REMO Ltda. (i).....	220	732
Selt Engenharia Ltda. (ii).....	304	-
	524	732

Partes relacionadas

Construtora Barbosa Mello S.A. (iii)..... 39 46

(i) Os valores são referentes à prestação dos serviços de manutenção do parque convencional e execução de obras de expansões da rede de iluminação pública. (ii) Os valores são referentes à prestação de serviços de instalações elétricas em obras de iluminação pública de destaque. (iii) Os valores são referentes ao compartilhamento de gastos com despesas de pessoal relativo às áreas de Administração de Pessoal, Contábil, Financeiro e Tecnologia da Informação; alimentação e de gastos gerais administrativos.

b. Os valores a custo e despesa são compostos por

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado		
Custo dos serviços prestados com partes relacionadas	3.770	4.537
Construtora REMO Ltda.....	3.391	4.470
Selt Engenharia Ltda.....	379	67

Despesas gerais e administrativas com partes relacionadas	498	550
Construtora Barbosa de Mello S.A.....	498	550
	4.268	5.087

Remuneração do pessoal-chave da Administração - A Companhia pagou aos administradores a título de pró-labore a quantia de R\$ 1.168 em 2019 (R\$ 1.176 em 2018). **14 Patrimônio líquido - a. Capital social** - O capital social totalmente integralizado até 31 de dezembro de 2019 e 2018, totalizando R\$ 50.000, representado por 50.000.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 está representada conforme abaixo indicada:

	Ações ordinárias	Participações %
BMPI Infra S.A.....	195.000.000	39,00%
Construtora Remo Ltda.....	154.950.000	30,99%
Selt Engenharia Ltda.....	99.950.000	19,99%
Construtora Barbosa Mello S.A.....	50.100.000	10,02%
	500.000.000	100,00%
b. Distribuição de lucros - A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações de: • 5% para reserva legal, limitados a 20% do capital social. • 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios. No exercício social de 2019, não foram distribuídos dividendos devido ao prejuízo apurado no resultado.		
15 Receita operacional líquida	31/12/2019	31/12/2018
Receita de operação e manutenção	21.020	17.126
Receita do ativo financeiro da concessão	62.186	53.957
(-) Cofins	(6.011)	(5.136)
(-) PIS.....	(1.305)	(1.115)
(-) Desconto incondicional (i)	(4.056)	(3.499)
	71.834	61.333

(i) Desconto concedido conforme Lei nº 9.145/2006 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

16 Custos e despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais	(34.655)	(35.611)
Serviços contratados	(17.236)	(13.210)
Mão de obra e encargos	(12.709)	(8.688)
Equipamentos (manutenção e locação).....	(2.688)	(1.558)
Depreciação e amortização	(1.195)	(998)
Aguaios	(764)	(851)
Aluguéis e condomínio	(537)	(524)
Despesas vinculadas à concessão.....	(110)	(131)
Outros.....	(842)	(671)

Total de custos e despesas gerais e administrativas

Custo dos serviços prestados	(64.877)	(56.180)
Despesas gerais e administrativas	(5.859)	(6.062)

17 Resultado financeiro líquido

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	844	1.526
Variação monetária	44	26
Outras.....	1	206
	889	1.758

Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(2.252)	(104)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(1.779)	(106)
Juros passivos.....	(31)	(11)
IOF.....	(581)	(2)
	(4.643)	(222)
Resultado financeiro líquido	(3.754)	1.536

18 Outras receitas e despesas

	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas		
Indenizações contratuais	2.355	-
Vinculada à concessão	834	889
Outras.....	15	4
	3.204	893
Outras despesas		
Obrigações contratuais.....	(213)	(223)
Total de outras despesas	(213)	(223)
	2.991	670

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações financeiras com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência. A seguir, a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social apurados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(98)	1.116
Alíquota IR/CS nominal %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal.....	33	(380)
Adições temporárias.....	3	-
Adições permanentes	-	(11)
Resultado diferido	(458)	-
Prejuízo fiscal do exercício	482	-
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	-	48
Outros.....	(34)	(22)
	26	(365)
Alíquota IR/CS efetiva %	26,53%	32,71%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(86)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(279)

A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos é de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. A seguir, a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios comparados:

	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
2019					
Resultado diferido (i)	(231)	(458)	(689)	-	(689)
Prejuízo fiscal a compensar	541	482	1.023	1.023	-
Adições temporárias.....	-	3	3	-	-
	310	26	337	1.026	(689)
Imposto líquido ativo (passivo)	310	26	337	1.026	(689)

	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
2018					
Resultado diferido (i)	(3)	(228)	(231)	-	(231)
Prejuízo fiscal a compensar	589	(48)	541	541	-
	586	(276)	310	541	(231)
Imposto líquido ativo (passivo)	586	(276)	310	541	(231)

(i) O resultado diferido é resultante das receitas não recebidas do Poder Concedente. Previsão de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	754	272	1.026
Total	754	272	1.026

20 Gestão de riscos e instrumentos financeiros - a. Gestão de riscos financeiros - Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (de taxa de juros); e (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos acionistas. **b. Risco de mercado** - A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **(i) Risco de taxa de juros** - O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. **(ii) Análise de sensibilidade** - A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

	Ativos financeiros	Passivos financeiros
Indexador		
CDI	Aplicações financeiras	-
CDI e TJLP	-	Empréstimos e financiamentos

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2019, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2020, conforme detalhado abaixo: Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2020 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2019, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2019 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2019. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se uma redução para o ativo financeiro e um aumento para o passivo financeiro na taxa estimada para 2020 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:	Ativo	Passivo	efetiva em 31/12/ 2019	anual estimada p/ 2020	Variação entre taxas	Efeito
Cenário provável						
CDI.....	11.484	-	5,89%	4,25%	(1,64%)	(118)
CDI+ 3,25%..	(30.045)	9,20%	7,50%	(1,70%)	511	
TJLP.....	-	(786)	5,57%	4,25%	(0,24%)	2
Cenário I						
CDI.....	11.484	-	5,89%	5,31%	(0,58%)	(67)
CDI+ 3,25%..	(30.045)	9,20%	9,20%	9,38%	0,18%	(54)
TJLP.....	-	(786)	5,57%	5,31%	0,30%	(2)
Cenário II						
CDI.....	11.484	-	5,89%	6,38%	0,49%	56
CDI+ 3,25%..	(30.045)	9,20%	9,20%	11,25%	2,05%	(616)
TJLP.....	-	(786)	5,57%	6,38%	0,81%	(6)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG
PUBLICAÇÃO DE EDITAL - O MUNICÍPIO PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, torna público Processo Licitatório nº029/2020 - Pregão Presencial 014/2020 – contratação de serviços mecânicos em veículos leves, abertura de envelopes 13/04/2020 às 09h00min, informações (38) 3622.4140, www.pedrasdemariadacruz.mg.gov.br ou licitacao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br. Wesley rabelo Durães – Pregoeiro oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG
TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº 397/2020. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 372/2020. OBJETO: Locação de Imóvel para instalação e funcionamento da Biblioteca Municipal. Diante do que dos autos consta, sobretudo, das justificativas apresentadas pela Comissão Permanente de Licitações e do Assessor Jurídico do Município de São João Batista do Glória, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, amparada no inc. X do art. 24 da Lei n. 8.666/93, RATIFICO nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, o ato de Declaração de “Dispensa”, exarado pela Comissão Permanente de Licitações, caracterizada pelo Art. 24, inciso X da citada Lei para efeito legal, autorizando a Locação de Imóvel para uso de Finalidade Precípua da Administração do Município de São João Batista do Glória/MG na Instalação e Funcionamento da Biblioteca Pública Municipal, situado na Avenida Avelino Soares Rezende, nº. 21B, Bairro Centro, Município de São João Batista do Glória/MG, por um período de doze meses, no valor global. O imóvel em questão é constituído de uma loja com área de 121,81 m², com 4 cômodos compreendendo, um salão comercial, dois banheiros e uma copa, de propriedade de Paulo César Cássaro e Edilene Silva Cássaro, conforme matrícula 41238 do CRI de Passos/MG. E, estando todo processo de licitação por Dispensa nos moldes legais, determino que seja seu resumo publicado na forma legal, em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. São João Batista do Glória, 06 de abril de 2020. Aparecida Nilva dos Santos - Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Pregão Eletrônico 017/2020, no dia 23/04/2020 às 09h30min. Objeto: registro de preço para fornecimento de dieta enteral ou oral, fórmula infantil e suplementos nutricionais para atender demandas da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e ordens judiciais. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br - Frederic H. M. de Albuquerque/Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Errata e Prorrogação do Pregão Eletrônico 018/2020, no dia 24/04/2020 às 9h30min. Objeto: registro de preços para contratação de serviços de locação de concentradores de oxigênio e fornecimento de recarga de oxigênio, com comodato de cilindros, com prestação de serviços de instalação, montagem e manutenção técnica preventiva e corretiva, para atender as demandas da secretaria municipal de saúde do município de Lagoa Santa. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br - Euvani Lindourar Pereira/Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI/MG
Objeto: Torna público o **Edital de Licitação 022/2020, Pregão Presencial 011/2020**. O Município de Jequitai/MG, torna público a todos que se interessarem que fará realizar no dia 22/04/2020 às 09:00hrs à Prç. Cristo Redentor, 199 - Centro - nesta cidade, Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos éticos, genéricos e similares para atender as necessidades do Departamento Municipal de Saúde, por meio de maior desconto percentual sobre a tabela oficial da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (CME/ANVISA). O Edital e anexos se encontram à disposição no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal situada à Praça Cristo Redentor, nº 199, Centro, Jequitai/MG, pelo e-mail: licitacoes@jequitai.mg.gov.br ou pelo site: www.jequitai.mg.gov.br - André Luiz Benício de Araújo - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI/MG
Objeto: Torna público o **Edital de Licitação 023/2020, Pregão Presencial 012/2020**. O Município de Jequitai/MG, torna público a todos que se interessarem que fará realizar no dia 22/04/2020, às 14:00hrs à Prç. Cristo Redentor, 199 - Centro - nesta cidade, Objeto: Contratação de pessoa empresária (pessoa física ou jurídica) para prestação de serviços especializados de engenharia/arquitetura compreendendo a assessoria e consultoria técnica, elaboração de projetos e acompanhamento das obras do município, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. O Edital e anexos se encontram à disposição no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal situada à Praça Cristo Redentor, nº 199, Centro, Jequitai/MG, pelo e-mail: licitacoes@jequitai.mg.gov.br ou pelo site: www.jequitai.mg.gov.br - André Luiz Benício de Araújo - Presidente da CPL.

ECON PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 27.705.874/0001-09 - NIRE 3130011877
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
RAFAEL DOS SANTOS SELVA e TEODOMIRO DINIZ CAMARGOS, na qualidade de diretores da **ECON PARTICIPAÇÕES S/A** (“Companhia”), nos termos do disposto no Artigo 7º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, e na Lei 6.404/76 (Lei das S/A) convocar todos os acionistas para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se na sede da Companhia, localizada na **Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Santa Rita Durão, n. 444, 2º andar, bairro Savassi, CEP 30140-11, no dia 17 de abril de 2020, às 09:30 horas**, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. **2) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar sobre aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias. (ii) Deliberar sobre aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações preferenciais. (iii) Deliberar sobre a conversão de ações ordinárias de titularidade da Shopper Participações Ltda. em ações preferenciais. (iv) Deliberar sobre a conversão de ações ordinárias de titularidade da Gérance – Empreendimentos e Participações Ltda. em ações preferenciais. (v) Deliberar sobre o desdobramento das ações preferenciais de emissão da Companhia. (vi) Deliberar sobre o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia. (vii) Deliberar sobre a conversão de parte das ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Companhia. (viii) Deliberar sobre a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia. (ix) Deliberar sobre a a contratação, pela Companhia, de serviço de intermediação para obtenção de financiamento, nos termos do inciso (xvi) do §3º do Art. 8 do Estatuto Social da Companhia. (x)Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Em razão das medidas restritivas impostas pelas autoridades durante a pandemia do COVID-19, recomenda-se que os acionistas participem à distância, nos termos da MP 931/20. Para participação ao artigo 126, Parágrafo Primeiro da Lei 6.404/76. Belo Horizonte/MG, 07 de abril de 2020. **RAFAEL DO SANTOS SELVA e TEODOMIRO DINIZ CAMARGOS** - Diretores da ECON PARTICIPAÇÕES S/A.

IMESA – INSTITUTO DE MEDICINA ESPECIALIZADA DE ALFENAS S.A. - CNPJ: 20.409.439/0001-80

Balanco Patrimonial - Períodos findos em 31 de dezembro - Em reais (R\$ 1)													
ATIVO - Circulante		2019	2018	PASSIVO - Circulante		2019	2018						
Caixa e Bancos.....		500.546	1.302.937	Fornecedores		384.283	499.584						
Aplicações.....		1.345.216	1.270.274	Salários e Encargos.....		450.687	368.402						
Duplicatas a Receber.....		481.351	14.709	Tributos a Recolher.....		129.919	116.914						
Estoque Mercadorias para Revenda.....		371.710	493.666	Provisão de Férias e Encargos.....		601.529	465.368						
Despesas a Apropriar		1.518	1.776	Outras Obrigações.....		54.453	14.433						
Adiantamentos e Outros Créditos		159.168	128.753	Total do Passivo Circulante.....		1.620.871	1.464.701						
Total do Ativo Circulante		2.859.509	3.212.115	Patrimônio Líquido									
Não Circulante				Capital Social.....		6.500.000	4.598.776						
Depósitos Judiciais.....		12.093	12.093	Reserva de Capital		0	412.261						
Investimentos		2.778.066	2.631.060	Reserva Legal.....		242.026	223.888						
Imobilizado Líquido.....		3.145.243	2.420.718	Reserva de Lucros		0	635.511						
Total do Ativo Não Circulante		5.935.402	5.063.871	Resultados Acumulados.....		432.014	940.849						
Total do Ativo		8.794.911	8.275.986	Total do Passivo Não Circulante.....		7.174.040	6.811.285						
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.794.911	8.275.986						
As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.													
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em reais (R\$1)													
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Total								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.598.776	412.261	110.841	(812.346)	4.309.532								
Resultado do Exercício	-	-	-	1.028.750	1.028.750								
Constituição de Reservas	-	-	39.397	(39.397)	-								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.598.776	412.261	150.238	177.007	5.338.282								
Resultado do Exercício	-	-	-	1.473.003	1.473.003								
Constituição de Reservas	-	-	73.650	(73.650)	-								
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.598.776	412.261	223.888	1.576.360	6.811.285								
Reserva de Lucros	1.901.224	-	-	-	1.901.224								
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-								
Aumento de Capital	-	(412.261)	-	(1.488.963)	(1.901.224)								
Resultado do Exercício	-	-	18.138	344.617	362.755								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.500.000	-	242.026	432.014	7.174.040								

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro 2019 e 2018 (centavos omitidos). 1. Contexto Operacional - O IMESA - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A., sediado em Alfenas, Minas Gerais, é uma instituição particular destinada a prestação de serviço médico - hospitalar, alinhada ao negócio saúde. Vem atuando no mercado de saúde a mais de 25 anos e tem se caracterizado como um dos mais conceituados hospitais da região. Os principais produtos e serviços do IMESA, são os serviços médico-hospitalares realizados por meio da assistência, destacando-se entre outros, os seguintes: O pronto atendimento 24horas, internação clínica e cirúrgica, exames auxiliares de diagnósticos (clínicos radiológicos, tomográficos, ecográficos, análises clínicas, entre outros), procedimentos cirúrgicos e obstetras. Atende tanto pacientes particulares como os principais convênios, tais como: SERPRAM, AMAGIS, CASSI, CORREIOS, COPASA, FUNDAFENG, CEMIG SAÚDE, SAÚDE CAIXA, SPA e também pelo sistema ABRAMGEE.

2 Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade -As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TGS) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC, em consonância com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board-IASB.

Base de mensuração - As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação -Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do IMESA. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais Práticas Contábeis -As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são como seguem:

a)Caixa e equivalentes de caixa -São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes a caixa, bancos, conta corrente entre empresas do grupo e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Sociedade no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

b)Duplicatas a receber de clientes -As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com a prestação de serviços médicos a prazo. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração.

c)Demais ativos circulantes -São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, bem como a constituição de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente).

d) Imobilizado -Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27-Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e)Investimentos -Os investimentos da Sociedade em controlada, coligada ou em empreendimento controlado em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial.

nal. O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento de sua participação nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida. A participação societária é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas, de acordo com a NBC TG 18 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 18- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto). As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Sociedade.

f) Passivos Circulante e não Circulante - Demonstros por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações com vencimentos superiores a 360 dias estão registradas como não circulante. Quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas ao valor presente, conforme NBC TG 12.

g) Imposto de renda e contribuição social - A Sociedade calcula o imposto de renda e contribuição social com base na legislação vigente considerando adições e exclusões legais previstas. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescido do adicional de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% do lucro antes do imposto de renda, ajustada na forma da legislação vigente. Os serviços prestados são apresentados nas demonstrações de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida dos serviços).

h) Provisões - A provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Sociedade. As provisões são atualizadas periodicamente.

i) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

j) Demonstrações dos fluxos de caixa -As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com a NBC TG 03 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

4. Disponibilidade - A composição dos saldos era a seguinte:

	2019	2018
Caixa	1.662	1.214
Bancos e Equivalentes	498.884	1.301.723
Aplicações Financeiras	1.345.216	1.270.274
Total	1.845.762	2.573.211

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidas em tesouraria e instituições financeiras.

5. Estoques -É representado por medicamento e materiais hospitalares, produtos de limpeza e gêneros alimentícios, avaliados ao custo médio de aquisição, a serem utilizados basicamente na prestação de serviços, reconhecidos nas regras de resultado, a medida de sua realização. O saldo em 31 de dezembro era de R\$ 371.710 (2018 - R\$ 493.666).

6 Investimento - IMESA - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A., na busca constante de aprimorar o atendimento de seus usuários com a ampliação da rede de atendimento hospitalar, possui investimentos, como acionista do HOSPITAL VARGINHA S.A. Em 31 de dezembro, os investimentos eram assim representados, avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

Investida	PI Investida	Participação	Investimento
Hospital Varginha	8.596.432	32,32%	2.778.066

7 Imobilizado - São apresentadas ao custo de aquisição. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com base na aplicação das taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, seu ambiente empregado e a sua forma de utilização e manutenção. A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração dos resultados. Em 31 de dezembro, sua composição era a seguinte:

Demonstração do Resultado do Exercício - Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em reais (R\$1)			
	2019	2018	
Receita Bruta			
Venda de Serviços.....	17.340.606	16.699.790	
Deduções de Vendas			
(-) Tributos sobre Vendas	(1.180.866)	(1.136.301)	
Receita Líquida	16.159.740	15.563.489	
(-) Custo do Serviço Prestado	(15.093.358)	(13.714.540)	
Lucro Bruto	1.066.382	1.848.949	
Receitas e Despesas Operacionais			
(-) Comerciais e Administrativas .	(1.103.086)	(792.350)	
(-) Despesas Financeiras	(59.974)	(39.696)	
Receitas Financeiras.....	99.690	89.074	
Outras Receitas e (-) Despesas.....	255.000	266.252	
Subtotal	(808.371)	(476.720)	
Resultado Operacional	258.011	1.372.229	
Receitas e (-) Despesas Operacionais	147.006	402.297	
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos 405.017	1.774.526		
IR e CS sobre o Lucro	(42.262)	(301.524)	
Lucro Líquido-Operações Continuadas 362.755	1.473.002		
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em reais (R\$1)			
	2019	2018	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício	362.755	1.473.003	
Ajustes por:			
Depreciações e Amortizações	247.254	233.589	
Resultados de Participação Societária - MEP	(147.006)	(402.297)	
(Aumento) Redução nos Ativos:			
Variação em Clientes.....	(466.642)	227.146	
Variação dos Estoques.....	121.745	(222.067)	
Variação de outros Ativos Circulantes	(30.156)	3.236	
Variação dos Ativos Operacionais não Circulantes.....	-	25.334	
Aumento (Redução) nos passivos:			
Variação em Fornecedores	(115.090)	141.023	
Variação em Pessoal e Encargos	13.005	23.380	
Variação de Tributos	218.445	(189.032)	
Variação de outros Passivos Circulantes	40.021	(79.651)	
Recursos líquidos provenientes das operações.....	244.330	1.233.664	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições do Imobilizado e do Intangível	(971.779)	(268.802)	
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos.....	(971.779)	(268.802)	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Exigíveis de Longo Prazo	-	-	
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos .	-	-	
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(727.449)	964.862	
Variação do Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	1.845.762	2.573.211	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	2.573.211	1.608.349	
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(727.449)	964.862	
	2019	2018	
Custo Depreciação			
Corrigido Acumulada	Residual	Residual	
Terrenos	12.814	-	12.814
Edificações	1.638.590	(547.788)	1.090.802
Móveis e Utensílios	246.359	(205.680)	40.680
Máquinas e Equipamentos	3.286.708	(2.083.760)	1.202.948
Equipamentos de Informática	146.997	(95.295)	51.702
Recursos Naturais	44.821	-	44.821
Imobilizações em Construção	701.477	-	701.477
	6.077.766	(2.932.552)	3.145.243
			2.420.178
Não foram realizados testes de impairment, uma vez que a Administração entende que os bens não sofreram desvalorização significativa, que justificasse os ajustes propostos na Resolução CFC 1110/07, que trata do Valor Recuperável de Ativos. 8 Fornecedores - Valores contratados a prazo relativos a materiais e serviços a prazos, pendentes de pagamento. Não existem valores em atraso. O saldo em 31 de dezembro era de R\$ 384.283 (2018 - R\$ 499.584). 9 Provisão de Férias e Encargos - Contempla as férias devidas aos colaboradores, reconhecidas proporcionalmente aos períodos adquiridos para usufruto, acrescidos dos encargos sociais pertinentes. O saldo em 31 de dezembro era de R\$ 601.529 (2018 - R\$ 465.368). 10 Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social - O IMESA para apurar seus impostos com base no Lucro Real. A provisão para Imposto de Renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento), acrescida do adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil, no ano, conforme prevê a legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi calculada à alíquota de 9% (nove por cento), sobre a base do imposto de renda. Os valores das provisões foram registrados em conta de passivo circulante, deduzidas as amortizações efetuadas durante o exercício, com base no balancete de suspensão/ redução. 11 Patrimônio Líquido-Representado pelo capital social integralizado, acrescido dos lucros e diminuídos os prejuízos apurados desde a sua criação. Em 2019 a sociedade deliberou pela incorporação de reserva de lucros ao capital social. O Capital Social é de R\$ 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil reais); O valor nominal de cada ação é de R\$ 1,00 cada, sendo 4.379.475 ações ordinárias e 2.120.525 ações preferenciais. As variações e modificações ocorridas nas rubricas pertencentes a esse grupoamento, encontram-se devidamente evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 12 Eventos Subsequentes - A Administração, não tem conhecimento de eventos ocorridos entre a data de encerramento do exercício social e da elaboração dessas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.			
Alfenas - MG, 31 de dezembro de 2019.			
Dr. Jose Carlos Miranda - Diretor Presidente.			
Jorge Isalino da Silva - TC - CRCMG 013.982			
DOES CONTÁBEIS			
A não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos do IMESA – Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S/A. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o IMESA – Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S/A., a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 15 de março de 2020			
R&R AUDITORIA E CONSULTORIA			
CRC/MG nº 5.198.02 - CVM 8460			
Régis Monteiro Ferreira			
CONTADOR			
CRC/MG nº 67.409			
Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez			
CONTADOR			
CRC/MG nº 21.055			

ITAMBÉ ALIMENTOS S.A. - CNPJ: 16.849.231/0001-04						
Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar-lhes as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Comunicamos ainda que as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, foram auditadas pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, encontraram-se em sua íntegra na sede da Companhia. Presidente: Alexandre Moreira Martins de Almeida Contadora: Rita Maria da Silva Souza - CRC MG 053199/O-1						
Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais						
Ativo	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	2019	2018	
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6).....	205.887	113.543	Fornecedores (Nota 15).....	286.318	234.158	
Aplicações financeiras restritivas (Nota 7)...	946	2.300	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)...	367.682	314.023	
Contas a receber de clientes (Nota 8)	327.051	322.205	Obrigações trabalhistas	33.407	27.355	
Estoques (Nota 9).....	173.480	136.502	Passivos de arrendamento (Nota 12).....	10.480		
Impostos a recuperar (Nota 10).....	93.655	147.768	Impostos a recolher	17.068	14.959	
Adiantamentos a fornecedores e funcionários (Nota 11)	1.812	1.473	Acordos comerciais, comissões e outras			
Despesas antecipadas	866	1.539	contas a pagar (Nota 17).....	56.849	56.920	
Demaís contas a receber	5.311	5.898	Total do passivo circulante.....	771.804	647.415	
Total do ativo circulante.....	809.008	731.228	Não circulante			
Não circulante - Realizável a longo prazo			Fornecedores (Nota15).....		800	
Aplicações financeiras restritivas (Nota 7) ...	1.051	2.120	Empréstimos e financiamentos (Nota18).....	18.578	46.955	
Impostos a recuperar (Nota 10).....	15.359	62.202	Passivos de arrendamento (Nota12).....	16.413		
Demaís contas a receber	3.688	2.319	Impostos a Recolher (Nota16).....	33.485	5.778	
Adiantamentos de renda e contribuição social diferidos (Nota 20).....	21.669	18.977	Provisão para contingências (Nota19)	45.271	12.142	
Depósitos judiciais	4.684	2.541	Total do passivo não circulante.....	113.747	65.675	
Imobilizado (Nota 13).....	546.224	502.417	Patrimônio líquido - Capital social (Nota 21)	299.834	292.156	
Intangível (Nota 14).....	6.740	10.429	Reserva de capital (Nota 21).....	163.322	163.322	
Total do ativo não circulante.....	599.415	601.005	Reservas de lucros (Nota 21).....	119.357	163.665	
Total do ativo	1.408.423	1.332.233	Prejuízos acumulados	(59.641)		
			Total do patrimônio líquido.....	522.872	619.143	
			Total do passivo e patrimônio líquido.....	1.408.423	1.332.233	
Demonstração do resultado						
Exercícios findos em 31 de dezembro						
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
	2019	2018	Juros sobre arrendamentos	1.514		
Receita operacional líquida (Nota 22)	2.720.056	2.534.455	Juros sobre aplicações financeiras restritivas.....	(220)		
Custo dos produtos vendidos (Nota 7).....	(2.237.855)	(2.100.791)	Juros e variações monetárias sobre empréstimos	36.560	42.630	
Resultado Bruto	482.201	433.664		76.826	94.371	
Receitas e despesas operacionais			Decréscimo (acréscimo) nos ativos:			
Despesas com vendas (Nota 23)	(383.581)	(358.597)	Contas a receber de clientes	(10.838)	(65.751)	
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(114.992)	(64.700)	Estoques	(32.238)	56.204	
Outras receitas (despesas) operacionais			Impostos a recuperar	101.773	28.908	
(Nota 24)	(17.415)	21.248	Adiantamentos a fornecedores e funcionários ...	(3.324)	(72)	
	(515.988)	(402.049)	Outras contas a receber	56.835	21.738	
Resultado operacional	(33.787)	31.615	Acréscimo (decréscimo) nos passivos:			
Receitas financeiras (Nota 25)	16.143	21.890	Fornecedores	58.207	32.804	
Despesas financeiras (Nota 25)	(44.689)	(50.297)	Obrigações trabalhistas	6.051	5.787	
Resultado financeiro, líquido (Nota 25).....	(28.407)	(28.407)	Impostos a recolher	29.817	(1.655)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(62.333)	3.208	Acordos comerciais, comissões e outras			
Imposto de renda e contribuição social			contas a pagar.....	(7.721)	(8.936)	
(Nota 20)	2.692	2.648		86.354	28.000	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(59.641)	5.856	Recursos líquidos gerados das atividades operacionais	220.015	144.109	
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$ por ação (Nota 26)	(0,20)	0,02	Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:			
			Aplicações financeiras restritivas.....	2.839	3.405	
			Aquisição de imobilizados	(101.992)	(25.003)	
			Aquisição de intangíveis	(931)	(931)	
			Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado		(425)	
			Receita na venda de bens do imobilizado	546	4.350	
			Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(99.538)	(18.604)	
			Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos:			
			Obtenção de novos empréstimos e financiamentos	398.458	171.158	
			Amortização de empréstimos e financiamentos	(376.914)	(146.339)	
			Juros pagos	(31.385)	(50.853)	
			Passivos de arrendamento	26.016		
			Devolução de créditos tributários ao acionista ...	(44.308)	(54.924)	
			Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(28.133)	(80.958)	
			Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa.....	92.344	44.547	
			Caixa e equivalentes de caixa			
			No início do exercício	113.543	68.996	
			Caixa e equivalentes de caixa			
			No final do exercício	205.887	113.543	
			Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa.....	92.344	44.547	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro						
Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de expansão	Lucros (prejuízos) acumulados
Em 31 de dezembro de 2017.....	292.156	163.322	15.053	53.484	144.196	668.211
Lucro líquido do exercício				15.808		5.856
Destinação para reserva de incentivos fiscais						(15.808)
Utilização da reserva de expansão para compensação de prejuízo					(9.952)	9.952
..Redução da reserva de expansão proveniente de demandas operacionais (Nota 21)					(54.924)	
Em 31 de dezembro de 2018.....	292.156	163.322	15.053	69.292	79.320	619.143
Aumento de capital	7.678					7.678
Prejuízo do Exercício.....						(59.641)
Redução da reserva de expansão proveniente de demandas operacionais (Nota 21)					(44.308)	
Em 31 de dezembro de 2019.....	299.834	163.322	15.053	69.292	35.012	522.872

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBELITA
A Prefeitura de Rubelita - MG, torna-se público: **Carta Convite nº 001/2020**, a realizar-se no dia 15/04/2020 às 08h30min, objeto: Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza destinados a continuidade dos trabalhos das diversas Secretarias do Município. Edital na íntegra no site: <http://www.rubelita.mg.gov.br/licitacao/>. Rubelita/MG, 06 de abril de 2020. Edileuza Miranda Jardim - Presidente da CPL.

PREFEITURA DE SERRO/MG
EDITAL DO P. nº 124/2020 - T.P. nº 007/2020, obra de pavimentação Ruas José V. Primo e Cláudio V. Alves, Distrito Pedro Lessa e Rua Rubi, Sede Município/Serro, Contrato de Repasse 803197/2014/MCIDADES/CAIXA. Data: 23/04/2020. Infor: (38) 35411369 - licitacaoeditais@serro.mg.gov.br.
Jéssica A. Miranda - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
DECRETO Nº 9.945, DE 16 DE MARÇO DE 2020
Dá Nova Redação ao Artigo 1º, do Decreto nº 9.885, de 21/02/2020 passando a constar nele como Proprietário Presumido o Sr. Marco Antônio Calazans. As Demais Cláusulas permanecem inalteradas. A íntegra do Decreto está Disponível no Portal da Transparência da Prefeitura de Nova Lima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIALMENTO
Credenciamento nº 004/2018
A Prefeitura Municipal de Nova Lima torna público a alteração do edital de Credenciamento nº 004/2018, tendo como objeto o Credenciamento de Clínicas Médicas ou Profissionais Médicos Plantonistas, para prestação de serviços de plantões médicos, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93. Ficam alterados os requisitos de qualificação técnica, para excluir a exigência de formação mínima de 01 (um) ano e experiência prévia de 06 (seis) meses. Fica atualizado o valor a ser pago por plantão, conforme tabela anexa ao edital. A íntegra do edital alterado poderá ser encontrada no site www.novalima.mg.gov.br.
Nova Lima, 06 de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
Extrato de Homologação - Processo de Licitação Nº: 0008/2020. Modalidade Pregão Presencial: 0005/2020. Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada/Valor: Ativ Engenharia Eireli/ R\$ 73.040,45. Objeto da Licitação: Contratação de Serviços de Cercamento de Terreno - ECOPONTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 047/2020
Pregão nº 028/2020
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de link de acesso a internet banda larga via rádio para manutenção dos serviços dos PSF Programa Saúde da Família localizados na zona rural deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 24/04/2020. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 – ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas. 06/04/2020
Marcus Vinicius de Almeida Ramos
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ/MG
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020
Fica Homologado em 07/04/2020 o Processo Seletivo Simplificado para provimento da função pública temporária de Médico Clínico Geral.
Geraldo Magela - Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP
AVISO DE LICITAÇÕES O CIESP torna público que se encontra aberto o processo de licitação - **PROCESSO 019/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** - Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DO CIESP - cf. especificações detalhadas do Edital. Data abertura dos envelopes: 22/04/2020 às 09:00 horas - **Consórcio Intermunicipal de Especialidades "CIESP"**, Rua Morvan Dias de Figueiredo, 11, Centro, Bicas/MG. Fone: (32) 3271.2999. **Sendo que o edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico:** <https://ciesp.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/em-andamento/> ou solicitados pelo e-mail: licitacao2@ciesp.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA/MG
RETIFICAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0011/2020 - Retifica-se a CLAUSULA VIII – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO. Marca-se nova data para abertura do certame: 24/04/2020 às 14h:00min, LOCAL: Setor de Compras e Licitações, Prefeitura Municipal. Miravânia 06 de abril de 2020. Dayana Mota Lima – Pregoeira Oficial.

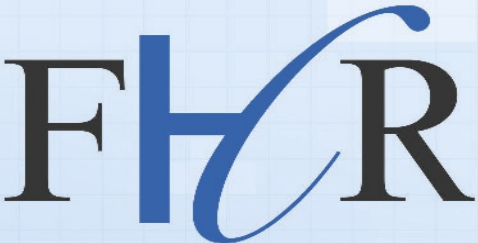
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAI/MG
AVISO
A PREF. MUNICIPAL DE UBAI/MG - torna público que a licitação realizada no dia 06/04/2020 referente ao processo nº 040/2020, Tomada de Preços nº 03/2020, cujo objeto é a Contratação de empresa para execução de Obras de pavimentação de vias públicas em blocos sextavados de concreto e Drenagem superficial em sarjeta de concreto, conforme projeto memorial descritivo e planilha orçamentária anexa, foi Frustrada tendo em vista a inabilitação técnica de todas as empresas participantes do certame licitatório.
06/04/2020 - Maria Helena Martins Neta - Presidente da CPL.



HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG
AVISO DE PRORROGAÇÃO - LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 - Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia civil para execução de obras de pavimentação asfáltica em diversos logradouros deste município, conforme Lei Municipal nº 1.863/19, Contrato BF nº 285.003/20 - BDMG e Projeto Básico. O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, torna público que o certame com abertura para às 09hrs00min do dia 10 de abril de 2020 fica prorrogado para às 09hrs00min do dia 13 de abril de 2020. Fronteira, 06 de abril de 2020 - Márcio Antônio Ferreira - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



FUNDAÇÃO HILTON ROCHA

EXCELÊNCIA OFTALMOLÓGICA AO ALCANCE DE TODOS!

Tratamento médico, clínico e cirúrgico.

Departamentos especializados em córnea, retina, estrabismo, glaucoma, uveítes, lentes de contato, órbita, oftalmopediatria.

(31) 2138 0902
(31) 2138 0900 - SUS
contato@hiltonrocha.com.br
fundacaohiltonrocha.com.br